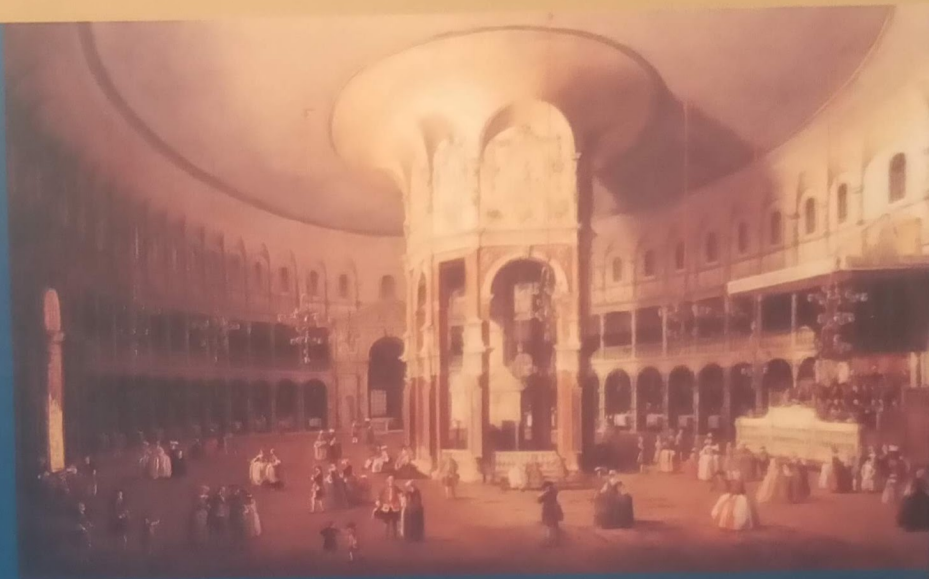


Rodrigo R. Monteiro de Castro
Leandro Santos de Aragão
coordenação

Reorganização Societária



Marco Aurélio Greco	Rodrigo R. Monteiro de Castro
Leandro Santos de Aragão	Luiz Ernesto Aceturi de Oliveira
Maristela Sabbag Abla	Marcelo Guedes Nunes
Eduardo Spinola e Castro	Marcelo Knoepfelmacher
Paulo Cezar Aragão	Paulo Mattar Filho
Gisela Sampaio da Cruz	Caesar Augustus F. S. Rocha da Silva
Glauco Martins Guerra	Alex Prandini Jr.

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Editora Quartier Latin do Brasil
Rua Santo Amaro, 349 - CEP 01315-001
Vendas: Fone (11) 3101-5780
Email: vendas@quartierlatin.art.br
Site: www.quartierlatin.art.br

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO
LEANDRO SANTOS DE ARAGÃO
(coordenação)

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2005
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

Editora Quartier Latin do Brasil

Rua Santo Amaro, 349 - Centro - São Paulo

Editor: Vinicius Vieira

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-SP

Editora de Texto: Priscila Tanaca

Mestranda em Direito na PUC-SP

Produção Editorial: Mônica A. Guedes

Formada em Letras pela FFLCH-USP

Arte: Wildiney Di Masi

Designer Gráfico pela Fac. Oswaldo Cruz

Castro, Rodrigo R. Monteiro de & Aragão, Leandro Santos de
(coord.) – Reorganização Societária – São Paulo : Quartier Latin,
2005.

1. Empresarial 2. Direito

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito Empresarial

Contato: editora@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

SUMÁRIO

Apresentação	17
--------------------	----

FÁBIO NUSDEO

Prefácio	22
----------------	----

MARCO AURÉLIO GRECO

Reorganização Societária e Planejamento Tributário

1. Posicionamento do tema	30
2. Postura perante a tributação	31
3. Evolução teórica	33
4. Figuras que não configuram planejamento tributário	34
5. Fases do debate sobre planejamento	36

6. Primeira fase: liberdade salvo simulação	37
7. Segunda fase: liberdade salvo patologias	40
8. Negócio indireto e negócio fiduciário	45
9. Terceira fase: liberdade com capacidade contributiva	45
10. Cautelas especiais	47
11. Conclusão	49

LEANDRO SANTOS DE ARAGÃO

Dever de Informar e Operações de Reorganização Societária – procedimento preparatório e as informações assimétricas

1. Introdução	52
2. A informação	55
3. O problema informacional: informações assimétricas, o <i>moral hazard</i> e a incompletude contratual	56
4. A tutela jurídica da informação: o direito, o dever e a liberdade de informar	66
5. Informação assimétrica, incompletude contratual e o direito societário	77
6. O procedimento preparatório: o <i>due diligence</i> e a assimetria informacional	80
7. A tutela da informação no direito societário (Lei das S/A): o direito à informação (<i>Informationsrecht</i>) e o dever de informar (<i>Informationspflicht</i>)	81

8. Operações de reorganização societária, o problema informacional e a imputação de responsabilidade na sistemática jurídica das companhias	93
9. Conclusão	97

MARISTELA SABBAG ABLA

*Sucessão Empresarial – Declarações e Garantias –
o Papel da Legal Due Diligence*

I. Introdução	100
II. Conceito técnico de sucessão	102
III. Dispositivos legais aplicáveis	105
IV. A questão da transferência de participação societária	107
V. Declarações e Garantias	109
VI. O importante papel da auditoria jurídica (<i>legal due diligence</i>) no processo de identificação das contingências sucedidas	115
VII. Conclusão	120
Bibliografia	121

EDUARDO SPINOLA E CASTRO

A Arbitragem nas Joint Ventures

1. As <i>Joint Ventures</i>	124
2. Os traços distintivos da <i>joint venture</i>	127

3. As divergências entre os participantes da <i>joint venture</i>	130
4. As diversas formas de solução de divergências: a justiça estatal, a mediação e a arbitragem.....	131
5. Por que a arbitragem?	133
6. Como recorrer à arbitragem: a cláusula compromissória	136
A lei aplicável ao mérito	136
As regras de arbitragem	137
O local da arbitragem	139
O número de árbitros e a forma de sua escolha	139
O idioma da arbitragem	140
O prazo para prolação da sentença	140
7. Problemas comuns para reflexão	141
Conclusão	143

PAULO CEZAR ARAGÃO & GISELA SAMPAIO DA CRUZ

Alguns Aspectos da Redução de Capital das Sociedades Anônimas

I. Introdução	146
II. Formas facultativas de redução de capital: a redução do capital por excesso e para absorção de prejuízos	148
2.1. A redução do capital por excesso	149
2.2. A redução de capital para absorção de prejuízos	154

III. Saneamento financeiro da companhia: limites e possibilidades	156
3.1. Saneamento financeiro da companhia com reserva de capital	157
3.2. O balanço intermediário como base para a redução do capital.....	162
3.3. A situação dos titulares de ações preferenciais	166
IV. Conclusão	174

GLAUCO MARTINS GUERRA &
RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO

Fusão, Cisão e Incorporação no Contrato Administrativo: a Restrição do Inciso VI, do Artigo 78, da Lei 8.666/93 e suas Repercussões sobre as Liberdades Privadas do Direito Societário

1. Objetivos do tema	178
2. O contexto do dilema	179
3. O princípio da legalidade administrativa e o contrato administrativo	182
4. A tríade relação entre os princípios	184
5. Observações sobre o princípio da compatibilidade	186
6. Observações sobre o princípio da conformidade entre Lei e Direito	189
7. Observações sobre o princípio da precaução	192

8. Algumas considerações acerca do fenômeno societário	194
9. Os atos societários	196
10. O patrimônio da sociedade submetida a ato societário	199
11. O Art. 78 da Lei 8.666/93	200
12. A aplicação do Inciso XI do Art. 78 da Lei 8.666/93	202
13. Conclusões	203

LUIZ ERNESTO ACETURI DE OLIVEIRA &
MARCELO GUEDES NUNES

Voto Irregular e Grupos de Sociedades

1. Introdução	208
2. Grupos de sociedades como forma de organização e reorganização societária	210
3. Abuso de voto, proibição de voto, voto em benefício particular e voto em conflito de interesses	214
4. Novo Código Civil brasileiro e reforma italiana	221
5. Necessidade de prova do prejuízo e momento da prova	225
6. Votos irregulares, organização em grupos de sociedades e abuso de poder de controle de grupo de sociedades	227
7. Bibliografia	235

RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO

*Incorporação de Controladora: Motivação e Oportunidades.
O Ágio como Exemplo*

Introdução	238
I. A Constituição Federal e as principais leis infraconstitucionais aplicáveis às operações societárias	240
II. Conceituação de Controlador, Controlada e Coligada	244
II.i. Controlador	245
II.ii. Controlada	246
II.iii. Coligada	246
III. Operação de Incorporação	247
III.i. Motivações	248
III.ii. A redução da carga tributária como (legítima) motivação empresarial da incorporação	250
IV. Incorporação de Controladora	253
IV.i. A redução da carga tributária como motivo da incorporação de controladora	255
V. Ágio	257
V.i. A lei fiscal	258
V.ii. Incorporação de controladora motivada pelo aproveitamento de ágio	259
V.iii. A Instrução CVM 319	260

V.iv Controlador para efeito de capitalização da reserva especial de ágio	261
VI. Conclusão	262

MARCELO GUEDES NUNES

O Direito de Recesso nas Incorporações

1. Introdução	264
2. Visão tradicional do recesso: princípio majoritário e resilição	265
3. O investidor e as bases essenciais do investimento	268
4. Incorporação, incorporação de sociedades e incorporação de ações	272
5. Hipóteses de recesso nas incorporações	274
6. Procedimento do recesso	281
7. Valor de reembolso e incorporação de controlada	286
8. Conclusões	292
9. Bibliografia	294

MARCELO KNOEPFELMACHER

Considerações sobre a Responsabilidade Tributária na Cisão Parcial

I. Introdução	296
---------------------	-----

II. A Responsabilidade Tributária na Fusão, Transformação e Incorporação perante o CTN	297
III. A Responsabilidade Tributária na Cisão e o RIR/99	298
IV. A Cisão e o Artigo 233 da LSA: Aspectos da Exclusão da Solidariedade	300
V. Harmonia do Artigo 233 da LSA em relação ao Artigo 123 do CTN	302
VI. Proposta de Solução de Aparente Antinomia entre o artigo 5º do Decreto-lei nº 1.598/77 e o parágrafo único do artigo 233 da LSA	303
VII. Conclusões	305

PAULO MATTAR FILHO

O Sistema de Proteção aos Credores nas Operações de Incorporação, Fusão e Cisão

Introdução	310
1. Legislação Brasileira	311
2. Lei das Sociedades Anônimas	311
2.1. Sucessão	311
Incorporação e Fusão	312
Cisão	312
2.2. Protocolo	313

2.3. Formação do Capital	314
Valor Contábil	315
Valor de Mercado	315
Valor Justo	318
2.4. Peritos e Laudo de Avaliação	320
2.5. Conflito de Interesses	321
2.6. Operações com Sociedades Coligadas	322
2.7. Direitos dos Credores na Incorporação e Fusão	323
2.8. Direitos dos Credores na Cisão	324
2.9. Oposição e Anulação	325
2.10. Direitos dos Debenturistas	330
3. Código Civil	331
4. Considerações Finais	332
Bibliografia	333

CAESAR AUGUSTUS F. S. ROCHA DA SILVA

O Acionista Minoritário e as Operações Societárias

O Acionista Minoritário e as Operações Societárias	336
--	-----

ALEX PRANDINI JR.

Trespasse e Cisão Parcial – Similitudes

1. Introdução	362
2. Trespasse	363
Conceito de Trespasse e Estabelecimento	363
Proteção dos Credores do Alienante no Trespasse	367
A questão do restabelecimento e sua vedação	369
O conflito entre a publicidade obrigatória e a questão do sigilo nos contratos de trespasse	373
3. Cisão	373
Conceito	373
Formalização contratual da cisão e a proteção aos credores da empresa cindida	376
4. Pontos de contato entre trespasse e cisão parcial: a questão da realocação de riquezas na atividade empresarial	378